

Caros amigos e colegas,

Como talvez saibam, a Procuradoria Geral da República (PGR) de Moçambique está a preparar o julgamento de dois casos que, embora separados, estão estreitamente relacionados. O primeiro é contra mim, o outro é contra os jornalistas Fernando Mbanze e Fernando Veloso. O Tribunal fixou a data do julgamento para 3 de Agosto do corrente ano, mas o meu advogado, o Dr João Carlos Trindade, apresentou um pedido de adiamento para 31 de Agosto. Aguardamos ainda a decisão, que se prevê para breve, mas, até lá, a data oficial do julgamento é 3 de Agosto. As acusações são, no meu caso, de crimes contra a segurança do Estado por difamação do antigo Presidente da República. F. Mbanze e F. Veloso, do *MediaFax* e *Canal de Moçambique*, dos dois jornais que publicaram o meu post do Facebook, são acusados de abuso da liberdade de imprensa.

Tenho recebido sobre este caso inúmeras mensagens de solidariedade de amigos, colegas, activistas e outras pessoas que não conhecia. Não é possível descrever quão importantes essas palavras e gestos de solidariedade são para mim e para Fernando Mbanze e Fernando Veloso, assim como para as nossas famílias e equipas de defesa. Ficamos-lhes imensamente gratos por estas expressões de solidariedade.

Gostaria de aproveitar esta ocasião para responder a algumas perguntas que me têm sido colocadas em relação ao meu caso.

Estou em Manchester e aqui vou continuar até uns dias antes do julgamento (a data exacta depende de quando o julgamento terá lugar, no dia 3 ou 31 de Agosto).

Perguntaram-me se iria a Moçambique para o julgamento. Não tenho qualquer dúvida que vou. O que está em jogo não diz respeito só a mim, são questões muito mais amplas. Eu recuso-me a ser visto como um exilado político, não cometi nenhum crime, nem fiz nada de que me envergonhe. Se a PGR quer ir para diante com o julgamento, irei usá-lo da melhor maneira possível para plataforma de luta pela liberdade de expressão, de imprensa, de pensamento e debate político aberto sobre as questões sociais e económicas que levantei no post do Facebook, e pelas quais somos agora acusados de difamação e abuso da liberdade de imprensa. Seria, claro, mais seguro e confortável se não houvesse julgamento e os casos fossem encerrados. Porém, uma vez que vão por diante, devemos tirar proveito disso. Independentemente do resultado, quer sejamos condenados ou ilibados, se o debate decorrer abertamente, nós e Moçambique saímos a ganhar.

Algumas pessoas perguntaram-se o que podem fazer para ajudar. Há várias maneiras diferentes, mas igualmente importantes de ajudar. A Amnistia Internacional está já a organizar uma campanha, e devem receber em breve uma petição para assinarem. A petição será depois enviada para o Governo de Moçambique, embaixadas de Moçambique em várias partes do mundo, embaixadas de países estrangeiros em Maputo e os media. Uma forma de apoio é assinar e circular esta petição. Podem igualmente ajudar por meio de cartas que queiram escrever e enviando-as para as instituições referidas acima. A publicação de textos nos media moçambicanos e no estrangeiro pode também ser útil. Por isso, se conhecerem jornalistas interessados, ou se puderem suscitar o interesse de jornalistas por estas questões, não hesitem em contactá-los. Podem também escrever aos vossos deputados no Parlamento. Podem referir o meu estatuto de investigador associado da Faculdade de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres (SOAS) e do Instituto de Políticas e Gestão de Desenvolvimento da Universidade de Manchester, assim como a minha associação às revistas

académicas ROAPE (Review of African Political Economy) e JSAS (Journal of Southern African Studies), duas das mais importantes publicações dedicadas a questões de desenvolvimento da África subsariana, regidas por revisão anónima por pares. Não hesitem em servir-se de outras redes vossas que pensam que possam contribuir para a reforçar a base de apoio. Tenho plena confiança que a vossa experiência e criatividade poderá fazer desenvolver muitas outras formas de solidariedade. A vossa solidariedade transmite-nos esperança e a esperança é como uma alavanca movida pela nossa determinação em vencer o debate e em vencer o caso legal.

Gostaria, porém, de tornar claro um ponto. É evidente que o Fernando Mbanze, o Fernando Veloso e eu queremos vencer por razões que são também pessoais. Como imaginam, nós não queremos ir para a prisão, especialmente quando não cometemos nenhum crime. Os nossos filhos, famílias e amigos não querem que vamos para a prisão, nem que sejamos punidos por crimes que não cometemos. No entanto, o vosso apoio, na minha opinião, não deve concentrar-se primeiramente ou exclusivamente em sermos ilibados. Sermos ilibados deve ser um dos principais resultados em termos pessoais e em termos de justiça. Mas a luta deve ser pelas questões que estão em jogo e pelas quais lutamos diariamente. Logo, o foco da luta deve ser o direito, garantido na Constituição, à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, à liberdade de investigação científica, à liberdade de debate político, em suma, o direito de exercício da cidadania de cada um. O apoio deve igualmente incidir nas questões levantadas no post do Facebook, nomeadamente o crime organizado, a exclusão política, social e económica, a pobreza da maioria apesar de grande crescimento económico, a subida meteórica da dívida pública, para financiar a acumulação privada de capital e o concomitante uso dos cargos públicos para enriquecimento pessoal. A questão é ainda a responsabilização dos detentores de cargos públicos pelas suas acções e o dever de ouvir a crítica quando os cidadãos que os elegeram exigem satisfações quando esses detentores de cargos públicos não cumprem as suas responsabilidades. É necessário também lembrar que qualquer campanha deve sublinhar a intensa pressão política que está a ser exercida sobre o sistema judiciário desde o início deste caso. Os jornalistas e eu devemos ser ilibados vencendo o debate das questões fundamentais. Se vencermos nas questões fundamentais, ganharemos o julgamento, independentemente de qual venha a ser o resultado legal. Devemos igualmente lembrar-nos que se o caso contra mim perder, o caso contra Mbanze e Veloso também cairá por terra – eles não abusaram da liberdade de imprensa, mas simplesmente, ao abrigo desse direito, publicaram o que consideraram um contributo para o debate público sobre questões fundamentais para Moçambique.

Alguns de vocês perguntaram-me se podiam dar uma contribuição financeira para os nossos custos de defesa legal. Eu ainda não defini o meu orçamento e o advogado encarregue da minha defesa tem estado a fazer esse trabalho por solidariedade até agora. É possível que as coisas mudem e venha a precisar de apoio financeiro. A minha filha mais velha, a Ruth, está a organizar várias actividades, entre elas a constituição de um fundo para ajudar nas despesas legais e de uma campanha de solidariedade, para este e/ou futuros casos. A Ruth e as pessoas a ela ligadas vão também fazer uma página no Facebook para facilitar a circulação de informações e promover e mobilizar apoio. Assim, quem estiver interessado em trabalhar desta maneira e tiver experiência e ideias sobre como gerir as coisas de forma correcta e rigorosa, podem contactar-me e eu ponho-os em contacto com a Ruth.

Queria ainda responder a outra pergunta que me foi feita, sobre porque escrevi o post e se não estava ciente das consequências. Nos finais do mês de Outubro de 2013, num contexto político e económico explosivo, o Presidente Guebuza deu uma entrevista nos media

nacionais em que disse quatro coisas que cristalizam as tensões e contradições dos seus anos de governação. São estas: 1) que confiava plenamente nas forças de segurança e suas chefias, não vendo necessidade para reorganização, apesar de grande aumento de crime organizado, raptos e assassínios sem que ninguém tivesse sido preso, incluindo o papel directo das forças de segurança na repressão política. 2) que os media eram responsáveis pelo clima de instabilidade e um regresso da guerra, enquanto o governo estava aberto a iniciativas de paz. 3) Que as críticas às relações estreitas e promiscuidade entre os seus interesses políticos e privados eram infundadas, porque tinha transferido todos os seus negócios pessoais para o nome da sua filha, filhos e amigos quando se tornou presidente. E que 4) a pobreza não estava a diminuir tão rapidamente como se esperava por causa da mentalidade das pessoas e da cultura de ser pobre, quando, na verdade a pobreza não tinha diminuído nem um pouco, apesar do acelerado crescimento económico. No fim, como de costume, chamou anti-patriotas aos seus críticos. Declarações como estas eram proferidas todos os dias, mascarando ou contradizendo a realidade. Muitas pessoas falavam e queixavam-se, mas ninguém avançava para denunciar declarações como estas. Assim, avancei eu. Era o meu direito e o meu dever como cidadão fazê-lo.

Relativamente às consequências, eu tinha várias expectativas:

1) Não esperava que pôr um post no meu Facebook me levasse a tribunal sob a acusação de crimes contra a segurança do Estado. Mas o facto de isto ter acontecido só confirma que o meu texto no Facebook estava correcto quando escrevi que o tipo de governação do Presidente Guebuza estava a arrastar o país para território muito próximo do Estado fascista.

2) Esperava que as acções e o pensamento políticos que denunciarei e critiquei no meu post e os quais eram crimes reais contra a segurança do Estado e o bem-estar dos moçambicanos, fossem investigados. Esses crimes denunciados não foram investigados, nem sequer mediante pedido formal e resultaram em violência. Um pedido recente dos partidos da oposição acerca das normas e práticas de *procurement* da empresa pública EDM, com base em fortes suspeitas e evidências preliminares de corrupção da EDM e companhias de figuras políticas destacadas, das suas famílias e dos seus associados de negócios, foi rejeitada pela bancada da maioria Frelimo, sem explicação credível. O debate sobre o negócio duvidoso da EMATUM, que supostamente é uma companhia de pesca de atum, foi posto em questão por membros dirigentes do partido, declarando-o um assunto de segurança nacional, ou seja, criando um clima de medo que encerre o debate. Ora trata-se de um projecto que adicionou US\$ 850 milhões à dívida pública e que evidencia sinais claros de corrupção e uso de crédito para despesas militares não declaradas. O crime organizado prospera sem que as autoridades tomem quaisquer medidas. Depois de dez anos no poder, os membros da família directa e os associados de negócios do antigo Presidente Guebuza contam-se entre as pessoas e os grupos económicos mais ricos em Moçambique. Este estado de coisas vem demonstrar que as minhas declarações no Facebook estavam correctas, quando disse que o poder político estava a ser usado para enriquecimento pessoal, repressão política dos críticos, assim como para financiar a emergência de oligarquias financeiras nacionais, à custa do aumento da pobreza, da exclusão social, política e económica.

3) Esperava que o tom e a intensidade da crítica e o debate sobre o estado da nação aumentassem e se alargassem, o que aconteceu e continua a acontecer. Não quero com isto dizer que há uma relação de causa e efeito ente o meu post e a intensidade do debate, mas apenas que o meu post foi parte de uma tendência no debate político nacional, e que, porventura, contribuiu para encorajar o desenvolvimento do debate aberto/alargado.

Não hesitem, por favor, em me fazer qualquer pergunta ou sugestões que tenham.

Por último peço que não se esqueçam que todos participamos na mesma luta fundamental contra o neoliberalismo económico e a sua dominação financeira, contra a repressão política, pelo direito de participar em manifestações, do direito à greve, e à luta pelo direito de definir e escolher quais são, ou podem ser, as alternativas reais. O ataque do partido conservador dos Tories aos direitos dos trabalhadores no Reino Unido e, na Europa, o ataque à Grécia e a Portugal, o ataque do Estado sul-africano e do capital mineiro que resultou no assassinato dos mineiros, o ataque do capitalismo financeiro e do Estado fascista às alternativas e à liberdade em Moçambique, são igualmente parte do mesmo todo. Esse todo consiste no capitalismo monopolista à escala mundial que tenta forçar os cidadãos a pagar pela crise de acumulação e resistir aos desafios que lhe são lançados, às tendências de mudança. Vamos lutar e ganhar estas lutas em conjunto. Só em conjunto conseguiremos vencer.

Uma vez mais, agradeço-lhes sensibilizado a vossa expressão e demonstrações de solidariedade e apoio.

A Luta Continua!

Carlos Nuno